



**EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE E PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA
(PSE): DIÁLOGOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO OESTE
CATARINENSE**

**EDUCACIÓN EN SEXUALIDAD Y PROGRAMA DE SALUD ESCOLAR
(PSE): DIÁLOGOS, DESAFÍOS Y POSIBILIDADES EN EL OESTE DE SANTA
CATARINA**

**SEXUALITY EDUCATION AND SCHOOL HEALTH PROGRAM (PSE):
DIALOGUES, CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN WESTERN SANTA
CATARINA**

*Bruna Bartolomey*¹

*Eduarda Luiza Maciel da Silva*²

*Jonatan Pellenz*³

*Cláudio Claudino da Silva Filho*⁴

RESUMO

A adolescência é uma fase marcada por intensas transformações físicas e emocionais, exigindo ações integradas de promoção da saúde. A promoção de saúde sexual, prevista no Programa Saúde na Escola (PSE), é uma estratégia essencial para prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), gravidez precoce e violência sexual. Este trabalho objetiva relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem de uma universidade pública do oeste catarinense, que desenvolveram atividades educativas sobre saúde sexual e reprodutiva com estudantes do 6º e 8º ano em uma escola municipal. Trata-se de um estudo na modalidade relato de experiência, descritivo e exploratório, com

¹ Graduada em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

² Mestranda em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

³ Mestrando em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

⁴ Doutor em Enfermagem e Pós-Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com Bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 20/2024. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

abordagem qualitativa e participativa. Os dados apontam que a abordagem inclusiva, dialógica e sem tabus favorece o engajamento estudantil, o autocuidado e a criação de um ambiente seguro para o diálogo. Conclui-se que ações educativas bem conduzidas promovem conhecimento, proteção e autonomia, consolidando a escola como espaço fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação sobre Sexualidade. Saúde do Adolescente. Promoção da Saúde na Escola.

RESUMEN

La adolescencia es una etapa marcada por intensas transformaciones físicas y emocionales, que requieren acciones integrales de promoción de la salud. La promoción de la salud sexual, prevista en el Programa de Salud Escolar (PSE), es una estrategia esencial para prevenir las Infecciones de Transmisión Sexual (ITS), el embarazo precoz y la violencia sexual. Este trabajo tiene como objetivo relatar la experiencia de estudiantes de enfermería de una universidad pública del oeste de Santa Catarina, que desarrollaron actividades educativas sobre salud sexual y reproductiva con estudiantes de 6º y 8º grado de una escuela municipal. Se trata de un estudio de relato de experiencia descriptivo y exploratorio con enfoque cualitativo y participativo. Los datos muestran que el enfoque inclusivo, dialógico y libre de tabúes favorece la participación de los estudiantes, el autocuidado y la creación de un entorno seguro para el diálogo. Se concluye que las acciones educativas bien realizadas promueven el conocimiento, la protección y la autonomía, consolidando la escuela como un espacio fundamental para el desarrollo de niños, niñas y adolescentes.

PALABRAS-CLAVE: Educación en sexualidad. Salud del Adolescente. Promoción de la Salud en la Escuela.

ABSTRACT

Adolescence is a phase marked by intense physical and emotional transformations, requiring integrated health promotion actions. Promoting sexual health, provided for in the School Health Program (PSE), is an essential strategy for preventing Sexually Transmitted Infections (STIs), early pregnancy and sexual violence. This study aims to report the experience of nursing students from a public university in western Santa Catarina, who developed educational activities on sexual and reproductive health with 6th and 8th grade students in a municipal school. This is a descriptive and exploratory study in the form of an experience report, with a qualitative and participatory approach. The data indicate that an inclusive, dialogical and taboo-free approach favors student engagement, self-care and the creation of a safe environment for dialogue. It is concluded that well-conducted educational actions promote knowledge, protection and autonomy, consolidating the school as a fundamental space for the development of children and adolescents.

KEYWORDS: Sexuality Education. Adolescent Health. School Health Promotion.

Introdução

A adolescência e a juventude representam etapas essenciais do desenvolvimento humano, caracterizadas por transformações físicas, emocionais e sociais. Nesse sentido,

é fundamental que as políticas públicas de saúde reconheçam esses grupos como sujeitos de direitos, garantindo-lhes atenção integral e prioritária. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), em alinhamento com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), busca assegurar o acesso equitativo aos serviços de saúde, promovendo o bem-estar desse público em todas as instâncias de cuidado (Brasil, 2025).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência corresponde à faixa etária de 10 a 19 anos, enquanto a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Essa transição ocorre de maneira gradual, exigindo abordagens integradas que atendam às necessidades específicas dessa população. Entre os principais objetivos das políticas de saúde voltadas para adolescentes e jovens, destacam-se a promoção do cuidado integral, a redução de agravos à saúde, a prevenção de situações de violência e a oferta de suporte psicossocial, favorecendo um desenvolvimento saudável e equilibrado.

Nesse cenário, o Programa Saúde na Escola (PSE) se destaca como uma política pública essencial para a promoção da saúde de crianças e adolescentes no ambiente escolar, estabelecendo uma parceria estratégica com o setor educacional. O programa desenvolve ações integradas voltadas à prevenção de problemas de saúde e ao estímulo de hábitos saudáveis, contemplando aspectos físicos, mentais e emocionais dos jovens. Entre as atividades promovidas, incluem-se iniciativas de educação em saúde, com ênfase na saúde sexual e reprodutiva, abordando temas como Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez na adolescência. Dessa forma, o PSE assegura que adolescentes tenham acesso a informações confiáveis, contribuindo para escolhas mais conscientes em relação ao seu bem-estar (Brasil, 2024b).

A saúde sexual é uma ação essencial no PSE, conforme o Decreto N° 1.004/2023, sendo desenvolvida em parceria entre os Ministérios da Educação e da Saúde e implementada pelos municípios. Apesar de enfrentar desinformações que distorcem seu objetivo, essa abordagem foi reafirmada no PSE sob o eixo “Saúde sexual e reprodutiva e prevenção de HIV/IST”. O Ministério da Saúde destaca que a ideia de que abordar este tema estimula a iniciação precoce é contrariada por evidências científicas, como as do relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2019), que demonstram a importância desse ensino na proteção dos jovens. Além disso, abordar saúde sexual e sexualidade nas escolas é uma estratégia fundamental para prevenir a violência sexual, um problema grave no Brasil, onde entre os anos de 2015 e 2021 foram registrados mais de 200 mil casos, a maioria envolvendo crianças e adolescentes (Brasil, 2024a).

A educação para a sexualidade busca abordar o tema de forma ampla, respeitosa e contextualizada, levando em conta não apenas os aspectos biológicos, mas também os fatores sociais, culturais e afetivos. Diferente de uma abordagem tradicional centrada na prevenção de doenças, essa proposta valoriza o diálogo, a escuta e o reconhecimento da diversidade, contribuindo para o desenvolvimento do autocuidado, da autonomia e do respeito mútuo (Louro, 2000; Barros; Ribeiro, 2012).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo relatar a experiência de estudantes de enfermagem de uma universidade federal localizada no Oeste Catarinense que, por meio do PSE, desenvolveram ações voltadas para adolescentes do 6º e 8º ano em uma escola municipal de ensino básico. A atuação dos acadêmicos envolveu a promoção da saúde e a educação em temas essenciais para essa faixa etária, com foco na prevenção de agravos, no estímulo a hábitos saudáveis e na abordagem da saúde sexual e reprodutiva. Essa vivência permitiu uma interação direta com as pessoas que aceitaram participar, possibilitando a troca de conhecimentos e a construção de um ambiente favorável ao aprendizado e ao cuidado integral.

Dessa forma, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: qual a importância da educação em saúde sexual e reprodutiva para adolescentes e de que maneira uma abordagem inclusiva e participativa, conduzida por acadêmicos de enfermagem, pode promover o engajamento dos estudantes e incentivar a prevenção de ISTs no ambiente escolar?

Procedimentos Metodológicos

O presente relato de experiência descreve a realização de atividades educativas sobre saúde sexual e reprodutiva no âmbito do PSE, conduzida por acadêmicos de enfermagem de uma universidade federal localizada no oeste de Santa Catarina, com estudantes do 6º e 8º ano do ensino fundamental em uma escola municipal de ensino básico. O projeto teve caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa e participativa, na modalidade relato de experiência.

A proposta teve início com uma demanda identificada pela escola, em parceria com o Centro de Saúde da Família local. A partir da observação do corpo docente, evidenciou-se o interesse recorrente dos estudantes e as discussões espontâneas acerca do tema da sexualidade, configurando-se, assim, uma demanda educativa a ser acolhida por meio de ações intersetoriais.

Com base na premissa da articulação entre universidade e comunidade, orientada pelos princípios da integração ensino-serviço-comunidade, foi proposta, de forma colaborativa entre a universidade, o Centro de Saúde da Família e a escola, a realização de atividades educativas voltadas à temática da sexualidade e do autocuidado, fundamentadas no pensamento de Paulo Freire.

Freire defende que a educação deve ir além da transmissão de conteúdos, promovendo a formação de sujeitos críticos, capazes de se posicionar diante das injustiças e transformar a realidade (Freire, 1996). No campo da educação para a sexualidade, isso significa criar espaços de escuta, diálogo e construção coletiva de saberes, em que estudantes possam refletir criticamente sobre os discursos normativos sobre seus corpos, desejos e identidades.

Diante desse contexto, a inserção do tema da sexualidade foi realizada a partir de uma abordagem ampliada, contemplando as transformações corporais e sociais vivenciadas na adolescência e juventude. Os encontros subsequentes foram organizados com base nas demandas expressas pelas pessoas participantes, respeitando seus interesses, dúvidas e necessidades, de forma dialógica e participativa.

A escola está situada em uma região de classe socioeconômica intermediária, não sendo considerada um território de alta vulnerabilidade social, mas também sem características de um contexto privilegiado. Esse fator foi relevante para a condução das atividades, uma vez que permitiu a abordagem dos temas de maneira alinhada à realidade daquelas pessoas estudantes, respeitando seus conhecimentos prévios e promovendo um espaço de diálogo acessível e inclusivo.

Previamente à realização das atividades, foi enviada aos pais ou responsáveis uma solicitação de autorização para a participação destes estudantes, válida para todas as datas dos encontros. O documento informava que as ações seriam conduzidas por profissionais qualificados da área da saúde, assegurando uma abordagem compatível com a faixa etária dos participantes. Observou-se que nove estudantes não obtiveram autorização para participar.

A atividade foi estruturada em quatro encontros temáticos, organizados no auditório da escola, no formato de facilitação em grupo. A condução ficou sob responsabilidade de uma acadêmica do curso de Enfermagem, com apoio de estudantes da 7ª fase do curso matriculados na disciplina "Viver Humano II", que estavam em período de estágio. A abordagem utilizada priorizou a inclusão e a participação ativa dos

alunos, criando um ambiente seguro para troca de conhecimentos e discussão de temas muitas vezes considerados tabus.

Inicialmente os encontros foram realizados com estudantes do 6º ano, entre os meses de maio e junho de 2024 e contaram com a participação de 50 estudantes, com idades entre 11 e 14 anos. E dado a adesão das pessoas estudantes, sob solicitação da instituição de ensino, realizou-se um encontro com o 8º ano abordando todo o conteúdo.

O primeiro encontro, intitulado "Puberdade! E agora?", teve como objetivo introduzir o tema da adolescência e as mudanças corporais, estabelecendo um vínculo inicial com as pessoas estudantes. Inicialmente, observou-se certa resistência por parte dos professores e de alguns estudantes, possivelmente devido à natureza do tema, ainda considerado sensível no contexto escolar. Para aumentar o engajamento e tornar a abordagem mais acessível, foram utilizados conteúdos visuais e memes da atualidade, facilitando a identificação de quem participou com o assunto.

Além disso, os participantes foram divididos em dois grupos, organizados de forma a garantir maior conforto e participação ativa. Posteriormente, foi aplicado um *quiz* de perguntas no formato verdadeiro ou falso, no qual cada grupo recebeu plaquinhas com as letras "V" e "F". Após cada pergunta, os grupos precisavam discutir internamente e chegar a um consenso sobre a resposta antes de apresentá-la. Observou-se que a maioria das respostas estavam corretas, demonstrando um conhecimento prévio significativo sobre o tema. Esse resultado permitiu aprimorar a abordagem dos encontros subsequentes, adaptando os conteúdos às dúvidas e necessidades específicas das pessoas estudantes.

Ao final do primeiro encontro, foi disponibilizada uma caixa de perguntas na escola, permitindo aos estudantes que registrassem suas dúvidas ao longo dos dias que antecederiam o próximo encontro. As perguntas depositadas variaram entre aquelas com fundamentação e outras menos embasadas, evidenciando tanto o interesse genuíno pelo tema quanto a presença de curiosidades mais informais. Esse recurso possibilitou uma melhor compreensão das percepções de quem participou, contribuindo para a construção de um espaço de aprendizado mais dinâmico e participativo.

No segundo encontro, intitulado "Quem sou eu?", foram abordados o conhecimento sobre o próprio corpo e o "semáforo do toque", com o intuito de conscientizar sobre o abuso sexual infantil. Considerando que o primeiro encontro gerou certa estranheza entre os participantes devido à sensibilidade do tema, este segundo momento foi conduzido de forma mais lúdica, buscando criar um ambiente mais

confortável e receptivo para o aprendiz. A condução ficou sob a responsabilidade exclusiva da acadêmica responsável, garantindo uma abordagem sensível e adequada à faixa etária dos estudantes.

Inicialmente, realizou-se explicações sobre características básicas de autocuidado, como higiene pessoal, alimentação equilibrada e prática de exercícios físicos. Em seguida, abordou-se a importância de respeitar o corpo do outro, destacando ações como estabelecer limites, promover o bem-estar e defender os direitos individuais. Essa contextualização preparou para a temática central do encontro: o abuso sexual infantil.

Sendo assim, foi explicado que o abuso pode ocorrer com ou sem contato físico e que identificar um possível abusador é um passo essencial para a prevenção. Para ilustrar a questão, realizou-se a dinâmica do "semáforo do toque", na qual diferentes partes do corpo foram mencionadas e as pessoas estudantes deveriam classificá-las utilizando três cores: verde (toque permitido), amarelo (atenção e cuidado) e vermelho (toque proibido). Por meio dessa atividade interativa, reforçou-se a importância do consentimento e dos limites corporais. Além disso, foram discutidas estratégias para que a criança possa se proteger e identificar situações de risco, bem como formas seguras de buscar ajuda em casos de abuso.

No terceiro encontro, denominado "Conhecendo o corpo: sistema reprodutor masculino e feminino", foram exploradas as características do sistema reprodutor, incluindo o ciclo menstrual, o processo ejaculatório e a gravidez na adolescência, além de uma introdução aos métodos contraceptivos. Diferentemente dos primeiros encontros, que inicialmente geraram certa estranheza, percebeu-se que, a essa altura, as pessoas estudantes já haviam desenvolvido maior afinidade com o tema e com os facilitadores, permitindo que a abordagem ocorresse de maneira mais fluida e sem desconfortos.

As pessoas responsáveis pela mediação (estudantes de graduação) trouxeram imagens anatômicas dos diferentes sistemas reprodutores, abordando tanto suas partes externas quanto internas. A principal estratégia desse encontro foi a resposta às perguntas coletadas na caixinha de perguntas, garantindo que as dúvidas das pessoas estudantes fossem sanadas de forma direta e acessível. Entre as perguntas recebidas, destacaram-se: "O que é hímen?", "Como são feitos os bebês?", "Por que as meninas menstruam e os meninos não?", "O que é menstruação, como funciona?" e "O que fazer quando vier a primeira menstruação?". Para tornar o aprendiz mais dinâmico, além das explicações e do uso de vídeos educativos, foram inseridas perguntas surpresas ao longo da

apresentação, com o objetivo de verificar a atenção dos participantes e estimular a interação.

Ao final, as pessoas estudantes tiveram a oportunidade de manusear preservativos e absorventes, permitindo que conhecessem esses itens de forma prática e desmistificada. Enquanto uma parcela demonstrou grande curiosidade, outra parte da turma manifestou desconforto e relutância em tocá-los. Durante toda a atividade, as pessoas responsáveis pela mediação permaneceram em atenção para garantir que a experiência ocorresse de maneira organizada e respeitosa, evitando qualquer situação que comprometesse o ambiente de aprendizado.

Por fim, o quarto encontro focou exclusivamente na prevenção de IST e no aprofundamento dos métodos contraceptivos, promovendo uma reflexão sobre os cuidados com a saúde sexual e reprodutiva. Nesse momento, percebeu-se que as pessoas estudantes já estavam com bastante familiaridade com a temática e interagiram ativamente, demonstrando maior abertura para o diálogo e maior conforto ao discutir os conteúdos abordados.

Foram apresentadas as principais IST de forma clara e acessível, evitando uma abordagem alarmista e ameaçadora que pudesse gerar medo ou desconforto. O enfoque foi educativo e preventivo, destacando a importância da proteção e dos cuidados com a saúde. Além disso, foram discutidos procedimentos em casos de relações desprotegidas, e o que fazer em situações em que o preservativo rompe, como a profilaxia pós-exposição (PEP). Ao longo do encontro, os facilitadores reforçaram a importância do autocuidado e da responsabilidade na vida sexual, promovendo um espaço seguro para esclarecimento de dúvidas e incentivando as pessoas estudantes a tomarem decisões com embasamento científico sobre sua saúde.

A metodologia adotada foi interativa e dinâmica, utilizando recursos audiovisuais, materiais ilustrativos, dinâmicas participativas e exemplificação de insumos, como diferentes tipos de preservativos e absorventes. A inclusão de diferentes estratégias pedagógicas possibilitou o engajamento das pessoas estudantes, favorecendo um aprendizado significativo e próximo da realidade vivida por eles.

Os resultados positivos obtidos com os encontros iniciais e o envolvimento dos estudantes estimularam a realização de um quinto encontro, desta vez direcionado às pessoas estudantes do 8º ano. Nesse encontro, todos os temas abordados anteriormente foram revisados e trabalhados em um único dia, permitindo uma análise transversal dos conteúdos. Dentre as dinâmicas realizadas, a escolha recaiu sobre a atividade de

Verdadeiro ou Falso, uma vez que se mostrou mais prática e dinâmica, considerando que juntar todos os temas em um único encontro tornou a abordagem mais densa.

Apesar dessa complexidade, a maior maturidade das pessoas estudantes do 8º ano facilitou a discussão, permitindo que os temas fossem abordados de maneira mais fluida e aprofundada. Além disso, observou-se que os conhecimentos destes estudantes eram mais sólidos, com alguns já tendo iniciado a vida sexual, o que contribuiu para uma reflexão mais crítica e informada sobre os temas. A experiência demonstrou que a abordagem inclusiva e participativa fortalece o diálogo e promove a conscientização sobre saúde sexual e reprodutiva, proporcionando reflexões essenciais para a formação das pessoas estudantes na adolescência.

A avaliação da experiência baseou-se na observação da participação ativa das pessoas estudantes, na análise das principais dúvidas levantadas e na percepção do impacto da metodologia adotada. A troca de conhecimentos e a interação entre todas as pessoas participantes foram fundamentais para avaliar a eficácia da abordagem educativa e reforçar a importância de atividades que promovam a saúde e o bem-estar de jovens no ambiente escolar.

Ademais, segundo a Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), é dispensada a tramitação ética no sistema CEP/CONEP por se tratar de um relato de uma atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação e ensino, sem finalidade de pesquisa científica, com o objetivo de aprofundamento teórico e reflexivo, sem a utilização de dados que possam identificar qualquer um dos sujeitos envolvidos (Brasil, 2016).

Resultados e Discussão

O PSE é um programa didático-pedagógico instituído no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, no ano de 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, e tem como objetivos a promoção de saúde, prevenção de agravos e enfrentamento de vulnerabilidades, por meio do fortalecimento das ações intersetoriais entre a educação básica pública e o SUS, de forma a promover uma atenção integral de crianças e adolescentes. Para alcançar esses objetivos, as ações realizadas pelos serviços de saúde devem envolver avaliação clínica e nutricional, estímulo à alimentação saudável e prática de atividades físicas, avaliação psicossocial, controle de calendário vacinal, prevenção do

uso de álcool e outras drogas, além da promoção de saúde sexual e reprodutiva (Brasil, 2007).

No que tange à saúde sexual, essa envolve diversos aspectos que vão desde a prevenção de gravidez precoce e IST, até a abordagem sobre aspectos fisiológicos e psicológicos do comportamento sexual, de forma a promover conhecimento e reduzir vulnerabilidades relacionadas, incluindo a detecção de situações de abuso sofridas por crianças ou adolescentes (Campos; Miranda, 2022).

Cabe destacar que as concepções e percepções sobre educação sexual e educação para a sexualidade ainda são, em grande medida, atravessadas por uma perspectiva biologicista. A educação sexual, quando restrita a essa lógica, tende a se limitar à abordagem de mudanças corporais e à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), desconsiderando outras dimensões fundamentais da experiência humana. Em contraponto, a educação para a sexualidade defende uma abordagem crítica e emancipatória, que compreende a sexualidade como uma construção social, histórica e cultural, inserida nas relações de poder e nos processos de subjetivação. Nessa perspectiva, a educação para a sexualidade deve promover o diálogo, o respeito à diversidade e o reconhecimento dos direitos humanos como eixo estruturante da prática pedagógica (Louro, 2000; Barros; Ribeiro, 2012).

Em relação a ocorrência de casos de abuso sexual infantil ainda representa números alarmantes, como demonstrado no último Boletim Epidemiológico de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil entre 2015 a 2021, que demonstrou que durante esse período foram notificados 202.948 casos, sendo 41,2% em crianças e 58,8% em adolescentes. A maior parte das notificações ocorreram com crianças/adolescentes entre 5 e 14 anos sendo que nas duas faixas etárias a maiorias das notificações ocorreram entre o sexo feminino e o agressor representava um familiar ou amigo/conhecido das vítimas (Brasil, 2024a). Dessa forma, é fundamental criar redes de prevenção e proteção de forma a evitar e proteger as crianças e adolescentes.

Diante destes dados, a escola pode se tornar um espaço fundamental de discussão e apoio, visto que a ausência de um ambiente saudável e acolhedor para discussão de temas sensíveis como esses, pode gerar sentimentos de culpa, medo e insegurança, bem como uma lacuna de conhecimento que pode levar a ocorrência de abusos sexuais (Campos; Miranda, 2022). Em contrapartida, Louro aponta que a escola também pode reforçar conceitos heteronormativos, onde a ausência de transversalidade na abordagem da sexualidade, tende a reduzir o tema a aspectos biológicos e normativos, silenciando

expressões de identidade e reforçando desigualdades. “Tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua mas, quase sempre, eficiente e duradoura” (Louro, 2000, p.10). Portanto, é necessária uma pedagogia que incorpore subjetividade, identidade, diversidade de gênero e corporeidade como conteúdos legítimos no currículo escolar.

A Lei Federal nº 14.679 de 2023 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes como um dos fundamentos da formação dos profissionais da educação e princípio do SUS, de forma a promover a identificação de maus-tratos, de negligência e de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (Brasil, 2023).

Neste sentido, para que as escolas possam realizar as ações com maior efetividade e fortalecimento, a articulação com a Atenção Primária à Saúde (APS) pode ser uma forte aliada para a detecção e prevenção das situações de violência, bem como promoção de saúde por meio de ações realizadas no ambiente escolar (Rodrigues *et al.*, 2024), uma vez que configura-se como a ordenadora do cuidado e o principal meio para criação de vínculo com as pessoas usuárias. Além disso, essa articulação intersetorial é o eixo principal do PSE, uma vez que fortalece a qualidade do ensino em saúde na escola e consequentemente, na comunidade (Sá; Santana, 2022). Ademais, o enfermeiro possui papel fundamental na articulação entre serviços de saúde e de educação no território, bem como no desenvolvimento das ações de educação em saúde (Resende *et al.*, 2022).

A intersetorialidade entre os setores da educação e da saúde configura-se como um importante mecanismo para o enfrentamento de barreiras estruturais que reproduzem práticas discriminatórias, reforçam preconceitos e perpetuam violências. Essa articulação favorece processos educativos que promovem o autoconhecimento e o autocuidado, reconhecendo-os como dimensões intrínsecas à formação integral dos sujeitos e ao exercício da autonomia em saúde. Ao mesmo tempo potencializando a construção de redes de apoio qualificadas, acolhedoras e comprometidas com a promoção da equidade e dos direitos humanos.

A educação para sexualidade, portanto, não se restringe à transmissão de informações técnicas ou à prevenção de agravos à saúde. Ela envolve o reconhecimento de direitos, o fortalecimento da autonomia e a valorização das experiências e dos saberes dos próprios estudantes. Por isso, a experiência relatada neste trabalho teve como foco central a promoção de um espaço de diálogo, respeito e escuta, abordando temas como o conhecimento do corpo, autocuidado, prevenção de IST, sexualidade e enfrentamento do abuso sexual.

Os resultados da atividade evidenciaram aspectos importantes a respeito do conhecimento e da percepção das crianças e adolescentes sobre os temas abordados. Durante os encontros, foi possível identificar que, de forma geral, as pessoas estudantes demonstraram seus saberes e posicionamentos sobre sexualidade, educação sexual e autocuidado, dentro dos limites apropriados para cada faixa etária. Apesar de, inicialmente, apresentarem certa timidez e constrangimento, sobretudo nas primeiras interações, essa reação se mostrou mais relacionada à vergonha do que à falta de entendimento sobre os assuntos tratados. A abertura do espaço para perguntas e a condução acolhedora da atividade facilitaram a criação de um ambiente seguro, contribuindo significativamente para a aceitação da proposta e reforçando a importância da educação sobre saúde sexual como ferramenta de proteção, promoção de saúde e fortalecimento da autonomia infantil.

Um indicativo de aproximação e estabelecimento de vínculo de confiança com os participantes foi observado ao término do segundo encontro, quando duas crianças procuraram, de forma reservada, a facilitadora responsável para relatar situações que demandavam atenção. As crianças foram devidamente acolhidas, e os relatos foram encaminhados, com responsabilidade e em sigilo, à coordenação da escola, a fim de que fossem adotadas as providências cabíveis e os cuidados necessários.

Outro aspecto observado durante o desenvolvimento da atividade, foi a negativa de alguns pais em relação à participação das crianças. Ao todo, nove estudantes não obtiveram autorização para estar presente durante as atividades. Em relação a isso, Campos e Miranda (2022) inferem que a sexualidade ainda é considerada socialmente como um aspecto exclusivo do adulto, fazendo com que discussões sobre qualquer uma de suas nuances seja reprimida e afastada de crianças e jovens por serem consideradas inadequadas, o que leva à insegurança por parte das famílias em ter esse tema discutido nas escolas.

Além disso, cabe destacar que, devido ao tabu relacionado a diversas questões sociais, religiosas, de gênero entre outras, esses temas além de receberem repressão de alguns pais ao serem discutidos na escola, também, muitas vezes, não são discutidos pelos pais com os seus filhos em casa, o que pode influenciar em uma prática sexual de risco culminando em gravidez precoce, IST, e violência sexual (Campos; Miranda, 2022). Soma-se a isso o peso de uma cultura tradicional e conservadora, especialmente presente em determinadas regiões como o estado de Santa Catarina, onde questões de gênero e sexualidade ainda enfrentam forte repressão social, religiosa e institucional.

Em relação ao corpo docente, houve, num primeiro momento, certa resistência por parte de alguns professores quanto à abordagem dos temas propostos. No entanto, à medida que a atividade avançava e os benefícios da discussão se tornavam evidentes, tanto pelo engajamento dos alunos quanto pela condução respeitosa e adequada dos conteúdos, a resistência foi gradualmente sendo superada. Isso pode estar relacionado tanto à falta de qualificação em relação aos temas e falta de métodos de aplicabilidade em sala de aula, quanto à insegurança de que o assunto deve ser tratado exclusivamente pela família (Campos; Miranda, 2022; Sá; Santana, 2022).

Em uma pesquisa realizada com equipes pedagógica e diretiva da rede de educação básica de quatro municípios do Rio Grande do Sul, estado vizinho a Santa Catarina, evidenciou-se que o tema sexualidade não deveria ser abordado de maneira transversal no plano pedagógico, mas que deveria ficar a cargo das disciplinas de ciências, biologia e ensino religioso. Podendo ser explicado por serem disciplinas que abordam o corpo humano, influenciado pelo desenvolvimento da ciência moderna, a qual, por meio de diversos discursos, buscou definir e organizar os significados atribuídos ao sexo (Barros; Ribeiro, 2012).

A ausência de transversalidade na abordagem da sexualidade implica em diversas consequências, entre as quais se destaca a compreensão reducionista da sexualidade como um fenômeno estritamente biológico, desconsiderando seus determinantes sociais e culturais. Ademais, essa fragmentação pode dificultar o acesso e o diálogo em situações de violência, ao impor barreiras nas relações entre docentes e discentes, especialmente quando professores de outras disciplinas tendem a considerar tais questões como alheias às suas responsabilidades pedagógicas.

No que tange a metodologia utilizada para abordar o tema da saúde sexual e suas temáticas, foi fundamental a utilização de um modelo dialógico, com uma linguagem compatível com a faixa etária alvo, de forma livre de tabus, favorecendo a horizontalidade, participação e entendimento de todos, sem utilização de tons ameaçadores.

Nesse contexto, é imprescindível destacar a contribuição do pensamento de Paulo Freire (1970) para as práticas de educação em saúde, aplicando aqui indiretamente na perspectiva da educação para sexualidade. Freire propõe uma pedagogia voltada para a libertação dos sujeitos, por meio do desenvolvimento da consciência crítica, da escuta ativa e do diálogo entre educadores e educandos. A prática freiriana parte do princípio de que ninguém educa ninguém, tampouco educa-se a si mesmo: os homens educam-se entre

si, mediatizados pelo mundo. Isso significa compreender o estudante como sujeito ativo no processo educativo, portador de saberes que precisam ser valorizados, e não como recipiente vazio a ser preenchido com informações.

Aplicar esse referencial à saúde sexual implica reconhecer que o conhecimento sobre o corpo, a sexualidade, os afetos e os direitos não devem ser impostos de maneira verticalizada, mas construído coletivamente, com base nas vivências, curiosidades e necessidades dos próprios estudantes. Durante os encontros descritos neste relato, ficou evidente que as crianças e adolescentes detinham conhecimentos prévios sobre os temas abordados, e, apesar de demonstrarem timidez inicial, responderam com interesse, participação e confiança quando se sentiram acolhidos. Isso demonstra que a metodologia dialógica, baseada na confiança mútua e no respeito à realidade dos sujeitos, favorece o aprendizado significativo e o fortalecimento da autonomia.

Uma abordagem freireana também contribui para desmistificar a ideia de que a educação para sexualidade antecipa o início da vida sexual dos jovens. Pelo contrário, ao promover uma compreensão crítica e reflexiva sobre o corpo, os sentimentos e os direitos, a educação para sexualidade baseada em Freire contribui para decisões mais conscientes e responsáveis. Além disso, atua como uma estratégia de prevenção não apenas de IST e gravidez precoce, mas também da violência sexual, ao criar um espaço onde os estudantes podem reconhecer situações de risco, manifestar dúvidas e buscar ajuda.

Compreender os impactos socioculturais na construção da relação entre ensino e aprendizagem no campo da educação para sexualidade constitui um passo essencial para a desconstrução de estruturas históricas de discriminação e exclusão. Essa análise permite problematizar os discursos normativos que permeiam as práticas pedagógicas, reconhecendo a influência de fatores como gênero, classe, raça, religião e território na formação dos saberes e na mediação de sentidos atribuídos à sexualidade no contexto escolar. Ao considerar tais determinantes, é possível promover abordagens educativas mais inclusivas, críticas e emancipadoras, que contribuam para a promoção dos direitos humanos e para o enfrentamento das múltiplas formas de violência simbólica e institucional.

Diante deste cenário, é possível afirmar que o PSE configura-se como um caminho eficaz e necessário para a abordagem da educação para a sexualidade no ambiente escolar. Sua proposta de integração entre saúde e educação cria oportunidades concretas para que temas como sexualidade, autocuidado e direitos sejam tratados de forma segura, acolhedora e fundamentada no respeito mútuo. O PSE, ao aproximar

profissionais de diferentes áreas, amplia as possibilidades de diálogo, fortalece os vínculos e contribui para a construção de um ambiente escolar mais atento às necessidades reais dos estudantes. Tal compreensão permite problematizar discursos normativos e promover práticas pedagógicas mais inclusivas, comprometidas com os direitos humanos, a equidade e a justiça social.

Dessa forma, o PSE desponta como uma estratégia potente e necessária para a institucionalização da educação para sexualidade nas escolas públicas brasileiras. Ao fomentar a integração entre saúde e educação, cria condições para o desenvolvimento de práticas pedagógicas sustentadas no diálogo, no acolhimento e na promoção da cidadania. Contudo, é necessário reconhecer que a abordagem da sexualidade não deve estar restrita ao escopo do programa. A transversalidade e a interdisciplinaridade devem ser princípios norteadores, assegurando que todas as escolas, mesmo aquelas que não aderiram ao PSE, possam contribuir para a formação de sujeitos críticos, informados e capazes de exercer plenamente seus direitos.

Considerações Finais

As experiências relatadas neste artigo reforçam a importância da educação para sexualidade como um tema fundamental para a promoção da saúde no contexto escolar, especialmente quando desenvolvida de forma dialógica, inclusiva e livre de estigmas. As ações desenvolvidas no âmbito do PSE evidenciam que o engajamento de crianças e adolescentes em práticas educativas voltadas à saúde sexual e reprodutiva contribui significativamente para o fortalecimento do autocuidado, o exercício da autonomia e a construção de espaços seguros de escuta e diálogo. Tais resultados revelam que a escola pode (e deve) ser um território de proteção, informação e desenvolvimento humano integral, especialmente quando articulada com os serviços de saúde e com a participação ativa da comunidade.

O relato de situações em que duas crianças buscaram, de forma reservada, compartilhar vivências sensíveis com a facilitadora constitui uma das evidências mais contundentes do impacto positivo gerado por uma abordagem ética, respeitosa e acolhedora. Isso demonstra como a criação de um ambiente de confiança e escuta qualificada, fundamentado na pedagogia do oprimido, pode contribuir efetivamente para romper com o ciclo de silenciamento e vulnerabilidade que permeia a vida de muitas crianças e adolescentes.

Ademais, a resistência inicial de alguns professores e familiares reforça a necessidade de investir na formação continuada dos profissionais da educação e da saúde, de forma a capacitá-los não apenas tecnicamente, mas também eticamente e politicamente, para lidar com temas sensíveis. Conforme aponta Freire, a educação é um ato político e, como tal, exige posicionamento, responsabilidade e compromisso com a transformação social. Portanto, a formação dos educadores deve incluir o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos, a diversidade, a equidade de gênero e a prevenção das violências, para que possam atuar como mediadores conscientes e comprometidos com o bem-estar dos estudantes.

Observa-se que ações educativas que adotam abordagens dialógicas, baseadas na escuta qualificada e no respeito às diversidades, especialmente quando articuladas aos princípios da pedagogia freireana, demonstram potencial para promover autonomia, cidadania e acesso a direitos no campo da saúde sexual e reprodutiva. A articulação intersetorial entre escola e saúde, o respeito à escuta dos estudantes e a valorização de saberes diversos são elementos fundamentais para consolidar a escola como um espaço de formação integral, emancipação e cuidado. Nesse cenário, o PSE se afirma como uma política pública estratégica e necessária para assegurar a proteção e o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes em sua singularidade e complexidade.

Referências

BARROS, Suzana da Conceição de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade: uma questão transversal ou disciplinar no currículo escolar? *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 11, n. 1, p. 164–187, 2012. Disponível em: https://reec.webs.uvigo.es/volumenes/volumen11/REEC_11_1_9_ex570.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007*. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.874, de 6 de outubro de 2021*. Estabelece normas para a promoção da saúde e proteção dos direitos da população. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 out. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2021-2024/2021/Lei/L14874.htm. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.679, de 18 de setembro de 2023*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). *Diário Oficial da União*, Brasília,

DF, 18 set. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14679.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico: Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021*. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 210*. Brasília, 7 abr. 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. *Passo a passo PSE: tecendo caminhos da intersetorialidade*. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passos_a_passo_programa_saude_escola.pdf. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Saúde na Escola*. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. *Saúde de A a Z*. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-adolescente>. Acesso em: 8 mar. 2025.

CAMPOS, Isabela do Couto; MIRANDA, Jean Carlos. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. *Boletim de Conjuntura*, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108-126, 6 out. 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732/513>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Reimpressão 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p. 4-24. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

RESENDE, João Victor Manço et al. Uso de app construído para prevenção de IST em escola pública: relato de experiência. *Saúde Coletiva (Barueri)*, [S.L.], v. 12, n. 80, p. 11318-11329, 19 set. 2022.

<http://dx.doi.org/10.36489/saudecoletiva.2022v12i80p11318-11329>. Disponível em:
<https://www.revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/2770/3355>. Acesso em: 7 abr. 2025.

RODRIGUES, Débora dos Santos et al. Prevenção do abuso sexual infantil e o semáforo do toque. *Diversidade e Educação*, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 1123-1137, 20 jan. 2025. <http://dx.doi.org/10.14295/de.v12i2.17074>. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/17074/11549>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SÁ, Maurício Durval de; SANTANA, Zionel. O Programa Saúde na Escola e a criação de ferramenta para apoio às ações de prevenção de IST/AIDS: uma revisão de literatura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 130-148, 31 jan. 2022. <http://dx.doi.org/10.51891/rease.v8i1.3763>. Disponível em:
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3763/1459>. Acesso em: 7 abr. 2025.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Facing the facts: The case for comprehensive sexuality education*. Paris: UNESCO, 2019. Disponível:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368231>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Recebido em abril de 2025.
Aprovado em julho de 2025.